



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 12181/2021

Sumário: Designo para exercer funções de técnica especialista do meu Gabinete a licenciada em Direito Bettina Alves Ramos, técnica superior do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, nas suas áreas de especialidade.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de técnica especialista do meu Gabinete a licenciada em Direito Bettina Alves Ramos, técnica superior do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, nas suas áreas de especialidade.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao dos adjuntos de gabinete.

3 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — A designada fica autorizada a realizar as atividades previstas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 7.º do citado decreto-lei.

5 — De acordo com o disposto na alínea a) do artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — O presente despacho produz efeitos a 4 de dezembro de 2021.

7 — Publique-se no *Diário da República*, promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo e comunique-se à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

7 de dezembro de 2021. — A Secretária de Estado da Administração Interna, *Patrícia Alexandra Costa Gaspar*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Bettina Alves Ramos.

Data de nascimento: 25 de dezembro de 1973.

II — Habilitações académicas:

Licenciada em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1993-1998).

III — Formação complementar:

Curso de pós-graduação sobre Direito da Proteção Civil pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2020).

IV — Experiência profissional:

Entre 29 de outubro de 2019 e 3 de dezembro de 2021, técnica especialista no Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna do XXII Governo Constitucional;

Entre 2001 e 2019, técnica superior jurista na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e nos serviços que a antecederam (Serviço Nacional de Bombeiros, Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil e Autoridade Nacional de Proteção Civil);

Entre 2018 e 2019, encarregada da Proteção de Dados da Autoridade Nacional de Proteção Civil;



Entre 2010 e 2019, formadora na Escola Nacional de Bombeiros, no âmbito do Curso de Quadros de Comando e Oficiais Bombeiros, Módulo de Organização Jurídica, Administrativa e Operacional;

Entre outubro e novembro de 2012, prestou assessoria jurídica ao Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros da República de Cabo Verde para implementação e regulamentação do novo quadro legal no domínio da proteção civil e bombeiros, ao abrigo do projeto de cooperação bilateral técnico-policial entre Portugal e Cabo Verde;

Em 2009 integrou a coordenação das compilações legislativas «Segurança contra Incêndio em Edifícios» (1.ª edição) e «Proteção Civil» (2.ª edição revista e aumentada), da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Entre 2001 e 2002, desempenhou funções no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, designadamente assessorando a equipa de missão para a promoção da candidatura de Portugal — cidade de Lisboa — a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima;

É advogada desde 2001, titular da cédula profissional n.º 16830-L, com inscrição suspensa, a seu pedido, desde março de 2010;

Entre 2000 e 2001, advogada estagiária na sociedade de advogados PLMJ — A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados.

IV — Louvores:

Louvor n.º 1330/2002, do Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 8 de maio de 2002.

314803117